

### Tráfico de escravos e escravidão na trajetória do Barão de Nova Friburgo – século XIX

*Trafficking of slaves and slavery in the trajectory of the Baron of Nova Friburgo - XIX century*

**Rodrigo Marins Marretto\***

Pesquisador Independente  
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

**Recebido em:** 18 mar. 2020.


**Aprovado em:** 01 jun. 2020.



---

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

\* Doutor e Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense; Especialista em História do Brasil pela Universidade Cândido Mendes; graduado em História pela Faculdade de Filosofia Santa Doroteia. (rmmarretto@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-6281-5905>

 <http://lattes.cnpq.br/7922084214696541>

## Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a construção e as características do enorme plantel de escravos do Barão de Nova Friburgo ao longo do século XIX. Localizado entre as vilas de Cantagalo e Nova Friburgo, o conjunto de cativos do Barão começou a se formar com a participação do personagem no tráfico transatlântico de escravos. Tal atividade se desenvolveu exclusivamente durante o período de legalidade e nossa hipótese central aponta que o comércio de escravos foi o responsável pela formação de um plantel de 2180 cativos divididos entre quinze propriedades rurais. Após a análise do tráfico de escravos, passamos a analisar as características demográficas do império escravista angariado pelo Barão. Os principais aspectos analisados foram as relações entre os sexos nas escravarias, a produtividade das fazendas cafeeiras e a possibilidade de reprodução natural dos cativos. Os dois aspectos abordados, o tráfico de escravos e a demografia das fazendas, nos permite expandir a compreensão da formação e das características inerentes aos vastos plantéis de escravos do Vale do Paraíba.

**Palavras-chave:** Barão de Nova Friburgo. Tráfico de Escravos. Demografia Escrava. Vale do Paraíba. Cafeicultura Escravista.

## Abstract

The present work aims to analyze the construction and characteristics of the large slave squad of the Baron of Nova Friburgo throughout the 19th century. Located between the towns of Cantagalo and Nova Friburgo, the set of captives of the Baron began to form with the participation of the personage in the transatlantic traffic of slaves. This activity developed exclusively during the period of legality and our central hypothesis points out that the slave trade was responsible for the formation of a squad of 2180 captives divided among fifteen rural properties. After analyzing the slave trade, we began to analyze the demographic characteristics of the slave empire raised by the Baron. The main aspects analyzed were the relations between the sexes in slavery, the productivity of the coffee plantations and the possibility of natural reproduction of the captives. The two aspects discussed, the slave trade and the demography of the farms, allow us to expand the understanding of the formation and characteristics inherent to the vast slave settlements of the Paraíba Valley

**Keywords:** Baron of Nova Friburgo. Slave Trade. Slave Demography. Vale do Paraíba. Slave Coffee Culture.

## 1. Introdução

Em 1869 faleceu Antônio Clemente Pinto, o Barão de Nova Friburgo.<sup>1</sup> Por certo um dos homens mais ricos do Império do Brasil. Sua fortuna, avaliada em mais de seis mil contos de réis quando do fechamento de seu inventário em 1873 pode ser comparada a de poucos cafeicultores do Vale do Paraíba fluminense e paulista. Dono de vastas extensões de terra entre as vilas de Cantagalo e Nova Friburgo o Barão também acumulou expressiva quantidade de cativos. Sua história coincide com a expansão dos "Sertões do Leste" da Província do Rio de Janeiro e com a modificação das paisagens dessa região dado o avanço do café e da escravidão por essas paragens. Desta forma, investigar a trajetória deste personagem no comércio de escravos e analisar o perfil de suas escravarias ao final de sua vida, permitem compreender dois elementos: as bases do seu enriquecimento e o centro de sua opulência, a agricultura cafeeira de larga escala movida por relações de produção de base escravista.

Inicialmente analisamos a inserção de Antônio Clemente Pinto no tráfico de escravos. Pretendemos compreender as estratégias de acumulação de cativos através do tráfico, como parte da formatação de um grande império agrário-escravista, localizado entre as vilas de São Pedro de Cantagalo e São João Batista de Nova Friburgo. A participação de Antônio no tráfico de africanos foi marcada pelos poucos anos, 1827-1830, e pelo volume significativo de cativos nos carregamentos que realizou. Além disso, é nosso objetivo tratar das remessas de escravos comprados junto a Antônio e remetidos para o interior. Ademais, abordaremos as vendas de cativos que este realizou a particulares e, por conta da inadimplência, geraram processos de cobrança de dívidas, os quais permitiam ao personagem o ganho com os juros inerentes às negociações. Analisamos, também, as compras de escravos oriundos do tráfico interno realizadas pelo Barão ao longo da década de 1860, fator essencial para identificarmos as íntimas relações com a escravidão mesmo depois de suas escravarias já formadas.

Posteriormente a análise recai sobre o plantel de escravos do Barão de Nova Friburgo no momento do fechamento do seu inventário. Aquele conjunto de escravos oriundos do tráfico africano representava a maior força de trabalho pertencente a um único senhor no Vale do Paraíba oriental. Assim, buscamos analisar o conjunto dos escravos do Barão de Nova Friburgo e compreender o comportamento demográfico da totalidade desses cativos. Quando nos referirmos a produtividade dos cativos estaremos trabalhando exclusivamente com os cativos ligados à cafeicultura realizada na vila de Cantagalo.

A relevância deste estudo se centra na apreensão dos investimentos e escolhas para a formação dos megaplantéis de escravos e, por conseguinte, dos impérios agrários do café. Conhecemos pesquisas que concentraram seus esforços nesse mesmo sentido, mas abordando

---

<sup>1</sup> Seu inventário *post-mortem* foi fechado em 1873. Encontra-se em: AN-RJ. Vara Cível do Rio de Janeiro, ano 1873, cx. 2619, gal. E, id. 44.397, not. 1171. Inventário post-mortem/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo.

a banda ocidental do Vale do Paraíba. Sem dúvida, os trabalhos de Ricardo Salles, Mariana Muaze e Thiago Pessoa, são significativos nessa perspectiva.<sup>2</sup> Todavia, o Barão de Nova Friburgo, maior cafeicultor escravista do coração da área oriental do Vale não recebeu a mesma atenção da historiografia. Portanto, o trabalho que se segue é a tentativa de reinserir o personagem nos estudos relativos ao tráfico de escravos, à formação de uma vasta escravaria e à análise do conjunto dos escravos deixados quando da sua morte.

Sabemos que um inventário é uma fotografia estática dos bens reunidos por um indivíduo ao longo de sua vida, no caso em tela é preciso lembrar que o personagem investigado vivenciou as transformações ocorridas na maior parte do século XIX e essas mudanças também impactaram suas escolhas. Neste sentido, Antônio Clemente Pinto abandonou o tráfico, pelo menos até onde sabemos, antes da sua proibição em 1831.<sup>3</sup> Além disso, após o fim definitivo do tráfico em 1850 Antônio passou a investir na migração de colonos portugueses.<sup>4</sup>

Segundo Frago e Pitzer os inventários podem ser utilizados com dois importantes objetivos: avaliar as atividades econômicas em que a população estava envolvida e apreender o valor relativo dos principais tipos de bens com o objetivo de apontar para a composição das fortunas.<sup>5</sup> Utilizamos o inventário do Barão de Nova Friburgo com o segundo propósito, o de analisar o conjunto dos escravos que representavam 29% dos bens na composição da sua riqueza.<sup>6</sup>

## 2. Antônio Clemente Pinto e o tráfico de escravos

O tráfico de escravos foi, e isso é sobejamente sabido, o meio de enriquecimento de muitos negociantes da Praça do Rio de Janeiro. Aliás, era o tráfico de escravos que permitia um primeiro ciclo de enriquecimento que, através dos capitais acumulados, transbordava para

<sup>2</sup> BORGES, M. F.; SALLES, R. A morte do Barão de Guaribu. Ou o fio da meada. In: MUAZE, M.; SALLES, R. (orgs.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015, p. 197-241; PESSOA, T. C. *O Império da Escravidão: o complexo Breves no vale do café (c.1850-c.1888)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018; SALLES, R. E. M. M. Família escrava em impérios agrários. O caso da fazenda Guaribú. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 30, p. 34-50, 2017.

<sup>3</sup> A respeito da lei de 1831, cf.: CONRAD, R. E. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985; TAVARES, L. H. D. T. *Comércio proibido de escravos*. São Paulo: Ática, 1988; BETHELL, L. *A abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869*. Brasília: Senado Federal, 2002; MAMIGONIAN, B. E. G. K. (org.). Dossiê – “Para inglês ver?” Revisitando a Lei de 1831. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 29, n. 1/2/3, p. 87-340, jan.-dez. 2007; PARRON, T. *A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

<sup>4</sup> Sobre a utilização de colonos portugueses, cf.: COSTA, E. V. D. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010; PEIXOTO, É. M. *Santa Clara do Macuco e a Metamorfose do Trabalho (1850-1888)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Salgado de Oliveira, Niterói (RJ).

<sup>5</sup> FRAGOSO, J. L. R.; PITZER, R. R. Barões, Homens-Livres Pobres e Escravos: Notas sobre o uso de inventários post-mortem na pesquisa histórica. *Arrabaldes*, Niterói (RJ), v. 1, n. 2, p. 29-52, 1988, p. 39.

<sup>6</sup> Os bens fundiários do Barão de Nova Friburgo, parcela que correspondia a 31% de sua fortuna, foram abordados em: MARRETTO, R. M. O Barão de Nova Friburgo e a formação da Fazenda Aldeia: sociabilidades e ampliação do complexo cafeeiro. 1849-1874. *Tempos Históricos*, EDUNIOESTE, Marechal Cândido Rondon (PR), v. 22, p. 175-201, 2018.

as áreas agrícolas da Província fluminense e contribuía para a montagem de um sistema agrário complexo e variado.<sup>7</sup> Simplificando, os negociantes de grosso trato valiam-se dos lucros oriundos do tráfico de cativos e os aplicavam em atividades agrícolas, e tal investimento foi intensificado pela expansão das lavouras de agro exportação, com destaque para o café, que ampliava a sua participação através da dispersão no território e contribuía para a concentração de cativos.<sup>8</sup>

Exatamente no centro dessa expansão se localiza o traficante de escravos Antônio Clemente Pinto. Antônio adquiriu sua primeira faixa de terras em Cantagalo ainda em 1819, todavia continuava exercendo suas funções de comerciante no Rio de Janeiro. Na fase final da década de 1820, Antônio Clemente Pinto atuou no tráfico de escravos que, no nosso entendimento, cumpriu com dois objetivos: a comercialização dos cativos e o abastecimento das suas fazendas em Cantagalo e Nova Friburgo.

O volume desse abastecimento de escravos, que durou de 1827 a 1830, permitiu que durante todo o restante do século XIX, o Barão fizesse apenas compras esporádicas, o que não alterou de modo expressivo suas escravarias. Tal fato se deu pois o volume de escravos traficados da África supria para todo o período a demanda de suas fazendas e daria conta do vertiginoso aumento da produção cafeeira nas fazendas do Barão.<sup>9</sup>

**Tabela 1** – Carregamentos de escravos de Antônio Clemente Pinto, 1827-1830.

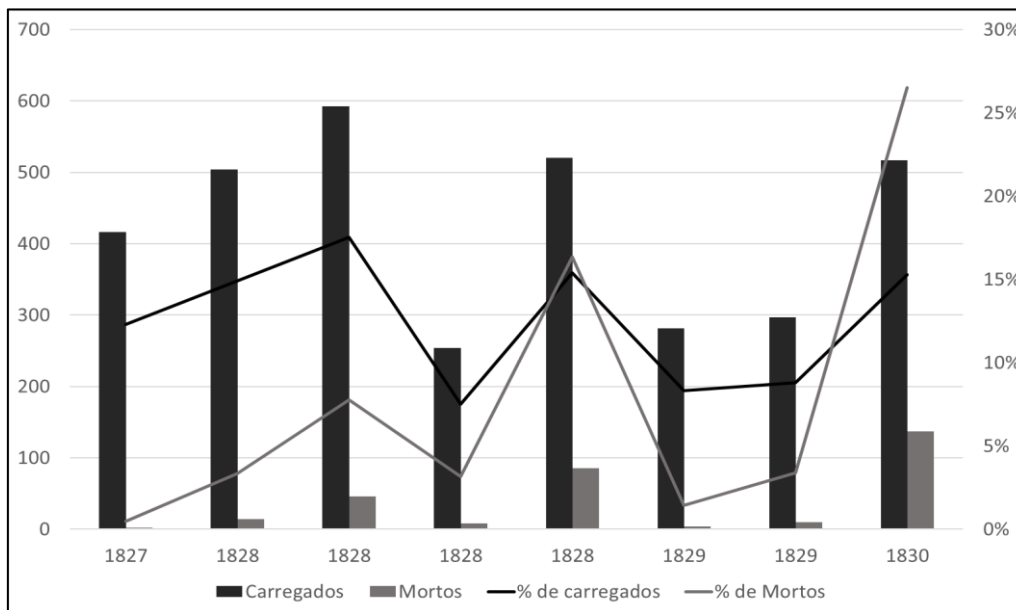
Ano	Carregados		Mortos	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
1827	416	12%	2	0,48%
1828	504	15%	14	3%
1828	592	18%	46	8%
1828	254	8%	8	3%
1828	520	15%	85	16%
1829	281	8%	4	1%
1829	297	9%	10	3%
1830	517	15%	137	26%
TOTAL	3381	100%	306	100%

Fonte: *Diário de Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 1, 12 fev. 1827; n. 2, 3 jan. 1828; n. 3, 4 mar. 1828; *Trans-Atlantic Slave Trade Database*. (Portal). Viagens 728, 845, 5014, 1001 e 1043. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/>. Acesso em: jul. 2018.

<sup>7</sup> FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>8</sup> FLORENTINO, M. *Em Costas Negras: Uma História do Tráfico entre A África e o Rio de Janeiro, Séculos XVII e XIX*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014, p. 29.

<sup>9</sup> Como um todo, a produção de café fluminense cresceu significativamente, partindo de 318 mil arrobas em 1817 para 3.237.190 em 1835. *Ibidem*, p. 39.

**Gráfico 1** – Carregamentos de escravos de Antônio Clemente Pinto, 1827-1830.

Fonte: *Diário de Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 1, 12 fev. 1827; n. 2, 3 jan. 1828; n. 3, 4 mar. 1828; *Trans-Atlantic Slave Trade Database*. (Portal). Viagens 728, 845, 5014, 1001 e 1043. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/>. Acesso em: jul. 2018.

Consoante a **Tabela 1** e ao **Gráfico 1**, o contingente total de escravos trazidos da África neste período foi de 3.381 cativos distribuídos em 8 carregamentos, nos quais os escravos falecidos somaram 306 indivíduos, o que representa 9% dos cativos. Os principais portos de aquisição de africanos foram Quilimane, Cabinda, Luanda e Inhambane, tendo como destino o porto do Rio de Janeiro.<sup>10</sup>

O primeiro carregamento de que temos notícia ocorreu em 1827, com 416 cativos trazidos da África, o que representava 12% dos cativos carregados na totalidade, apenas dois faleceram representando 0,48% do carregamento. No ano seguinte, Antônio Clemente Pinto fez quatro carregamentos com 504, 592, 254 e 520 cativos representando 15%, 18%, 8% e 15% respectivamente. Nesse ano, morreram 14, 46, 8 e 85 escravos indicando 3%, 8%, 3% e 16% dos mortos. No ano seguinte, foram feitos dois carregamentos, um de 281 cativos correspondente a 8% do total e outro de 297 representando 9%, morreram 4 na primeira viagem e 10 na segunda, 1% e 3%, nesta ordem. O último carregamento, no ano de 1830, trouxe 517 cativos que representaram 15% dos carregados, mas morreram 26% dos escravos, que conformam um total de 137 indivíduos. O número bastante alto de falecimentos indica um certo prejuízo nesse último carregamento.<sup>11</sup>

<sup>10</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 1, 12 fev. 1827; n. 2, 3 jan. 1828; n. 3, 4 mar. 1828; *Trans-Atlantic Slave Trade Database*. (Portal). Viagens 728, 845, 5014, 1001 e 1043. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/> Acesso em: jul. 2018. O porto de Inhambane está localizado na parte Sul de Moçambique, na parte meridional de Quilimane.

<sup>11</sup> Este número equivaleu ao que Carlos Gabriel verificou no carregamento de 901 escravos de Quilimane do traficante João Rodrigues Pereira de Almeida em 1829, quando faleceram 213 escravos, 23,6% do total. Estas taxas de mortalidade de 1829 foram bem superiores as estimativas que Alexandre Ribeiro estipulou para o período de 1821-1830, que fora de uma média de 14,5%. Cf.: GUIMARÃES, C. G. O

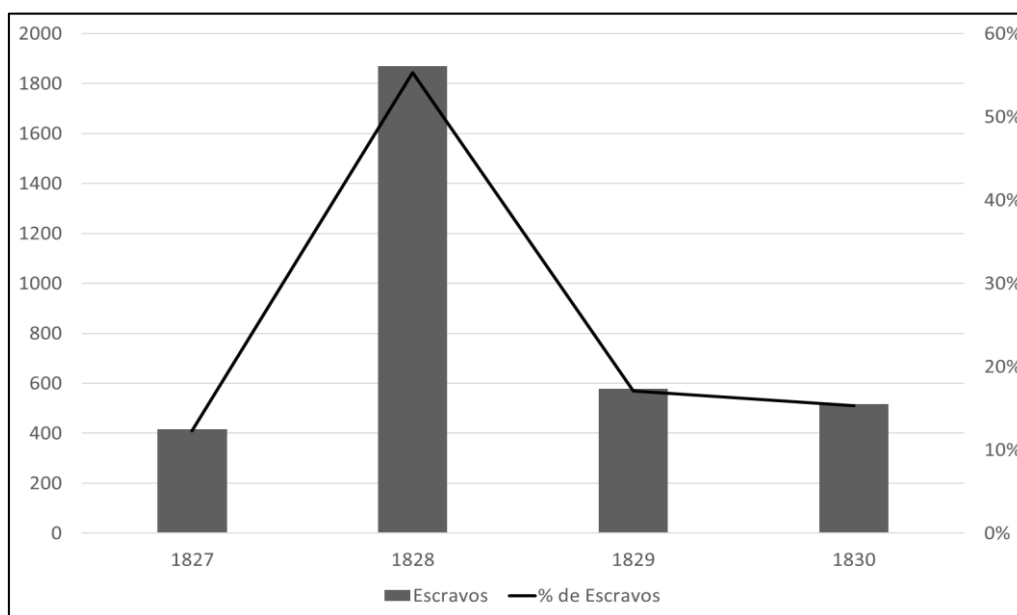
Analisando esses dados, torna-se necessário dizer que Antônio já entra no tráfico com um carregamento vultoso. Nesse primeiro ano de 1827, o mesmo carregou 416 cativos, **Tabela 2** e **Gráfico 2**. No ano de 1828, o total de cativos carregados da África foi de 1870 indivíduos que totalizavam 55% dos cativos trazidos por Antônio. No ano seguinte, os números baixaram para 578 cativos, ou 17% do total. No último ano da série, o personagem carregou 517 escravos, 15% do total.

**Tabela 2** – Número de escravos carregados por ano, 1827-1830.

Ano	Número	Porcentagem
1827	416	12%
1828	1870	55%
1829	578	17%
1830	517	15%
TOTAL	3381	100%

Fonte: *Diário de Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 1, 12 fev. 1827; n. 2, 3 jan. 1828; n. 3, 4 mar. 1828; *Trans-Atlantic Slave Trade Database*. (Portal). Viagens 728, 845, 5014, 1001 e 1043. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/>. Acesso em: jul. 2018.

**Gráfico 2** – Número de escravos carregados por ano, 1827-1830.



Fonte: *Diário de Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 1, 12 fev. 1827; n. 2, 3 jan. 1828; n. 3, 4 mar. 1828; *Trans-Atlantic Slave Trade Database*. (Portal). Viagens 728, 845, 5014, 1001 e 1043. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/>. Acesso em: jul. 2018.

negócio do tráfico negreiro de João Rodrigues Pereira de Almeida, o Barão de Ubá, e da firma Joaquim Pereira de Almeida, em Moçambique, c. 1808-1829. *Africana Studia*, Porto, n. 27, p. 65-76, 2016; RIBEIRO, A. V. "Perdas em trânsito": mortalidade escrava na travessia Atlântica. *Anais do [...] XVI Simpósio Nacional de História - ANPUH*. São Paulo: ANPUH, 2011, p. 4. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308099903\\_ARQUIVO\\_texto\\_alexandre\\_ribeiro\\_junho\\_2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308099903_ARQUIVO_texto_alexandre_ribeiro_junho_2011.pdf). Acesso em: jul. 2018.

Quando analisamos essa inserção de Antônio Clemente Pinto no tráfico de africanos chegamos a algumas conclusões prévias. Em primeiro lugar, Antônio Clemente Pinto se manteve na atividade de carregamento de cativos apenas durante o período de legalidade do tráfico. Em segundo lugar, o volume de escravos trazidos nesses quatro anos é de grande monta e os indivíduos somaram 3.381 cativos carregados e 306 mortos, totalizando 3074 escravos chegados aos portos brasileiros. Constatamos, portanto, que o maior volume de escravos se concentrou no ano do maior número de carregamentos.

Uma característica geral desses carregamentos reside no fato de que “os compradores de africanos acreditavam no fim próximo e definitivo do comércio negreiro, e que tal crença se refletiu no mercado de africanos entre 1826 e 1830”.<sup>12</sup> A afirmativa de Florentino reflete uma perspectiva expressa nas carregações de Antônio Clemente Pinto, a intensidade e a porção de cativos trazidos em um curto espaço de tempo. Além desse receio do fim do tráfico, o número significativo de escravos transportados por Antônio se justifica pela absorção de uma grande quantidade de mão de obra pela economia cafeeira em desenvolvimento, tanto em Cantagalo quanto em Nova Friburgo, locais de ação do personagem, quanto nas áreas para onde seus escravos eram enviados.

**Tabela 3** – Local de aquisição dos carregamentos de escravos, 1827-1830.

Local de Aquisição	Viagens	
	Número	Porcentagem
Quilimane	3	43%
Cabinda	2	29%
Luanda	1	14%
Inhambane	1	14%
TOTAL	7	100%

Fonte: *Diário de Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 1, 12 fev. 1827; n. 2, 3 jan. 1828; n. 3, 4 mar. 1828; *Trans-Atlantic Slave Trade Database*. (Portal). Viagens 728, 845, 5014, 1001 e 1043. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/>. Acesso em: jul. 2018.

O local de aquisição dos escravos de Antônio Clemente Pinto se concentrou na Costa ocidental Africana, três viagens vieram de Quilimane e representam 43%, dois transportes foram feitos de Cabinda e correspondem a 29%. Duas viagens, uma a Luanda e outra a Inhambane traduziam 14% dos transportes cada uma. Os dois outros transportes de que temos notícias não tiveram suas origens divulgadas (**Tabela 3**). Tais dados encontram respaldo no quadro geral apresentado por Manolo Florentino, que destaca Quilimane e Cabinda como importantes locais de procedência dos cativos chegados ao Rio de Janeiro.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> FLORENTINO, M. *Em Costas Negras... Op. cit.*, p. 42.

<sup>13</sup> FLORENTINO, M. *Em Costas Negras... Op. cit.*, p. 85-86. Cf., também: ZONTA, D. “Moçambique” no século XIX: do comércio de escravos ao comércio legítimo. *Dimensões*, Vitória, v. 28, p. 315-338, 2012.



Passemos a abordar outro tipo de transporte dos cativos de Antônio Clemente Pinto, qual seja, os escravos comprados junto ao personagem e mandados para regiões no interior do país. Tratamos, portanto, do tráfico interno de escravos. O documento no qual nos embasamos para angariar os dados que logo apresentaremos é o *Lançamento de atestados de remessa de escravos para várias localidades*, trata-se de um documento da Polícia da Corte em que encontramos o nome de Antônio 48 vezes, todas elas como vendedor dos escravos remetidos para o interior. Antônio vendeu escravos que seriam remetidos para o interior apenas durante os anos em que traficou escravos da África – 1827-1830.<sup>14</sup>

Diversos são os autores que trabalham com a dimensão interna do tráfico de escravos. José Flávio Motta, por exemplo, investigou o tráfico interno de cativos para a região de Piracicaba entre os anos de 1861 e 1880. O autor trata de uma região e de uma temporalidade completamente diversa, no entanto, o comércio de cativos para aquela região também estava ligado ao avanço da lavoura cafeeira.<sup>15</sup> Nota-se que o período estudado por nós guarda a mesma similitude, a formação de um sistema agrícola ligado à exportação. Tal semelhança também pode ser estendida para a região da Zona da Mata mineira que teve seu crescimento populacional iniciado a partir da segunda metade do século XVIII e intensificado pela expansão da lavoura principalmente até 1850.<sup>16</sup>

As comparações feitas com os autores citados têm dois aspectos a serem relacionados com as atividades de Antônio Clemente Pinto. O primeiro é que Antônio se insere no contexto de expansão cafeeira da região de Cantagalo e de Nova Friburgo, assim como o tráfico interno para a região de Piracicaba. O segundo fator se relaciona ao envio de escravos comprados junto a Antônio, a esmagadora maioria desses cativos tinha como destino a Província de Minas Gerais, o que está ligado a formação e expansão da Zona da Mata mineira.

---

<sup>14</sup> Além de Antônio Clemente Pinto encontramos seu tio, João Clemente Pinto, e seu primo, Francisco Clemente Pinto, remetendo escravos para o interior. ARQUIVO NACIONAL - RIO DE JANEIRO (AN-RJ). Fundo Polícia da Corte, cód. 424, microfilme 29/1997. Lançamento de atestados de remessa de escravos para várias localidades. Vol. 1, 1826-1833.

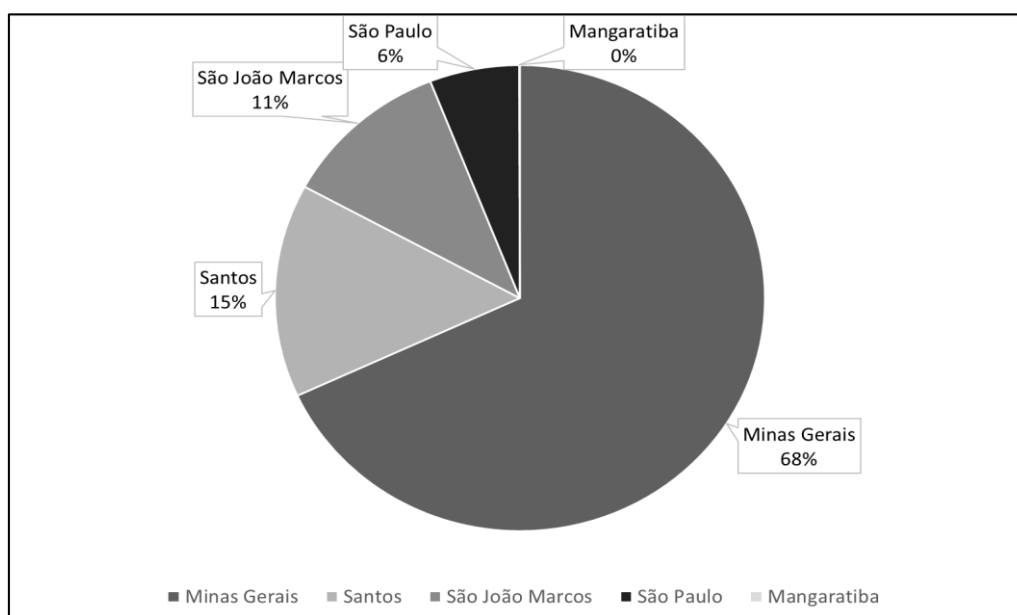
<sup>15</sup> MOTTA, J. F. Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos em Constituição (Piracicaba), 1861-1880. *Revista Brasileira de História (Online)*, v. 26, p. 15-47, 2006. Cf., também: SLENES, R. W. The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economies, Slave Experience and the Politics of a Peculiar Market. In: JOHNSON, Walter (org.). *The Chattel Principle: Internal Slave Trades in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004, p. 325-370.

<sup>16</sup> ALVES, R. O. A Conquista e a expansão da fronteira: Zona da Mata mineira (1808-1850). In: SOUSA, J. P. D.; ANDRADE, R. G. D. (orgs.). *Zona da Mata Mineira: fronteira, escravismo e riqueza*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014, p. 13-50. Cf., também: PINHEIRO, F. W. A. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros: Zona da Mata, c. 1809 - c. 1830*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro; RESTITUTTI, C. C. Comércio e tráfico de escravos nas primeiras décadas do século XIX: novas percepções de duas fontes seriadas. *Mneme – Revista de Humanidades*, Natal, v. 9, n. 24, set.-out. 2008.

**Tabela 4** – Locais de envio dos escravos, 1827-1830.

Local	Viagens	
	Número	Porcentagem
Minas Gerais	184	68%
Santos	40	15%
S. João Marcos	30	11%
São Paulo	16	6%
Mangaratiba	1	0,04%
TOTAL	271	100%

Fonte: ARQUIVO NACIONAL - RIO DE JANEIRO (AN-RJ). Fundo Polícia da Corte, cód. 424, microfilme 29/1997. Lançamento de atestados de remessa de escravos para várias localidades. Vol. 1: 1826-1833.

**Gráfico 3** – Locais de envio dos escravos, 1827-1830.

Fonte: AN-RJ. Fundo Polícia da Corte, cód. 424, microfilme 29/1997. Lançamento de atestados de remessa de escravos para várias localidades. Vol. 1: 1826-1833.

Com base nos dados apresentados na **Tabela 4** e no **Gráfico 3**, nota-se que 184 cativos, representando 68% do total, foram enviados para Minas Gerais. Outros 40 cativos, 15% dos remetidos, foram enviados para Santos (São Paulo). São João Marcos (Rio de Janeiro) recebeu 30 escravos que significavam 11% das remessas. São Paulo recebeu 16 escravos, configurando 6% dos enviados para o interior e apenas 1 foi mandado para Mangaratiba (Rio de Janeiro, Litoral Sul), perfazendo 0,04% dos escravizados comprados junto

a Antônio Clemente Pinto e remetidos para outras regiões. O total de cativos enviados para essas regiões subia a 271 escravos negociados por Antônio e despachados para o interior.<sup>17</sup>

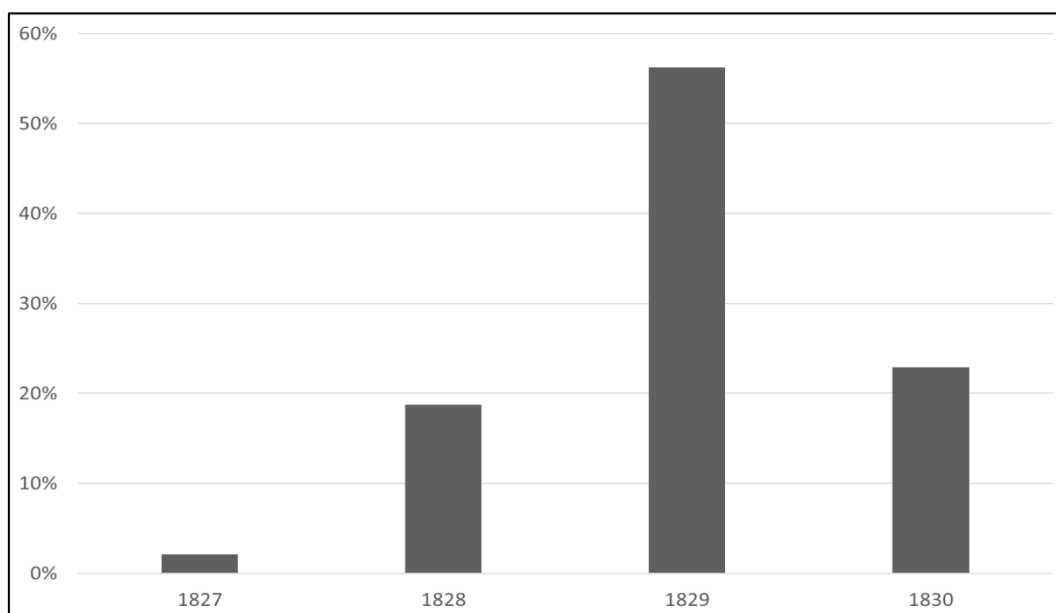
Neste mesmo contexto, o número de carregamentos indica que no ano de 1827 foram realizados apenas 2% dos carregamentos, **Tabela 5** e **Gráfico 4**. No ano seguinte, o número subiu para 19% das cargas para o interior. A maior parte dos carregamentos foi realizada em 1829, ou seja, 56% dos transportes foram realizados neste intervalo. Em 1830, temos 23% dos carregamentos de escravos. Apesar de não seguirem fielmente as mesmas dinâmicas do tráfico internacional é preciso levar em conta a rentabilidade que as remessas de escravos tiveram na formação da riqueza de Antônio Clemente Pinto.

**Tabela 5** - Número de carregamentos por ano, 1827-1830.

Ano	Porcentagem de cargas
1827	2%
1828	19%
1829	56%
1830	23%

Fonte: AN-RJ. Fundo Polícia da Corte, cód. 424, microfilme 29/1997. Lançamento de atestados de remessa de escravos para várias localidades. Vol. 1: 1826-1833.

**Gráfico 4** – Número de carregamentos por ano, 1827-1830.



Fonte: AN-RJ. Fundo Polícia da Corte, cód. 424, microfilme 29/1997. Lançamento de atestados de remessa de escravos para várias localidades. Vol. 1: 1826-1833.

<sup>17</sup> AN-RJ. Fundo Polícia da Corte, cód. 424, microfilme 29/1997. Lançamento de atestados de remessa de escravos para várias localidades. Vol. 1, 1826-1833.

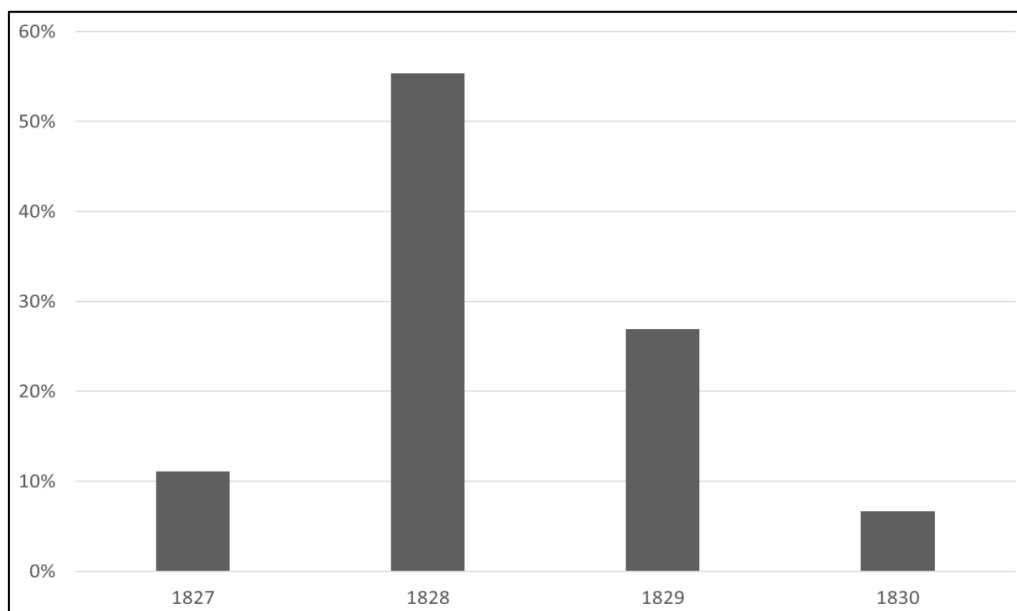
Outro aspecto a ser tratado se refere ao número de cativos que foram enviados para o interior em cada um dos anos em que Antônio Clemente Pinto esteve envolvido com essas remessas. No ano de 1827, o número de escravos remetidos representava 11% dos cativos, **Tabela 6** e **Gráfico 5**. Em 1828, Antônio vendeu 150 cativos que representavam 55% dos cativos enviados para as localidades que já enumeramos. No ano seguinte, 73 escravos foram remetidos e equivaliam a 27% dos enviados. No último ano, os escravos enviados para o interior somavam 18 indivíduos e representavam 7% do total de escravizados.

**Tabela 6** – Número de escravos carregados para o interior por ano, 1827-1830.

Ano	Número	Porcentagem
1827	30	11%
1828	150	55%
1829	73	27%
1830	18	7%
TOTAL	271	100%

Fonte: AN-RJ. Fundo Polícia da Corte, cód. 424, microfilme 29/1997. Lançamento de atestados de remessa de escravos para várias localidades. Vol. 1: 1826-1833.

**Gráfico 5** - Porcentagem de escravos carregados para o interior por ano, 1827-1830.



AN-RJ. Fundo Polícia da Corte, cód. 424, microfilme 29/1997. Lançamento de atestados de remessa de escravos para várias localidades. Vol. 1: 1826-1833.

O número de cativos enviados para o interior demonstra que Antônio Clemente Pinto esteve mais intensamente envolvido nesta atividade justamente nos anos em que mais traficou africanos. Assim, o ano de 1828, com maior volume de escravos remetidos, coincide

com maior número de escravos trazidos do continente africano. Tal fator não nos surpreende, uma vez que o maior investimento no tráfico corresponde ao período em que Antônio mais vendeu cativos para o interior, na certa tentando reaver os capitais investidos no comércio de carne humana.

A dimensão externa e a interna da atividade de Antônio Clemente Pinto como traficante de escravos se complementam. Inicialmente abordamos os carregamentos externos e destacamos o volume de escravos carregados entre 1827 e 1830. Posteriormente, analisamos as remessas de escravos comprados de seu plantel e enviados para o interior. Tais aspectos apresentam a participação do personagem no tráfico, mas não desnudam suas particularidades, passíveis de serem vistas com maior nitidez no enfoque interno.

Refiro-me aos processos registrados no Juízo da Conservatória Inglesa em que Antônio Clemente Pinto solicitava o pagamento relativo aos escravos que foram vendidos a particulares. As cobranças realizadas por Antônio através da Conservatória podem nos mostrar como a venda de escravos se constituía como um elemento lucrativo, ainda mais quando o comprador ficava inadimplente, já que, além dos lucros das vendas, somavam-se os juros estabelecidos na negociação.

Estamos diante de um domínio tanto do tráfico de escravos quanto do financiamento de outras escravarias, formando assim uma cadeia de endividamento e de aumento da fortuna pessoal do traficante de escravos. Tais créditos, revertidos em braços escravos direcionados para as lavouras cantagalenses, faziam o sistema agrário se dinamizar e a produção de bens se ampliar.

Em 29 de janeiro de 1827 Antônio Clemente Pinto entrou no Juízo da Conservatória Inglesa contra Felisberto Ferreira Dias por conta da compra de dois escravos. Desta forma, o "Oficial de Justiça da vila de São Pedro de Cantagalo citara a Felisberto Ferreira Dias pela quantia de 206\$666", **Tabela 7**, valor que representava um primeiro pagamento pelo financiamento dos cativos. Antônio, de próprio punho, afirma que o pagamento já estava vencido e Felisberto precisou arcar com os juros e despesas do processo. Os juros desde o vencimento subiam a 7\$757, somados a despesa de 8\$625 réis totalizavam a quantia de 223\$048 réis.<sup>18</sup>

**Tabela 7** – Cobrança de pagamento relativo à compra de 2 escravos, 1827.

Cobrança	Valor (Réis)
Pagamento	206\$666
Juros	7\$757
Despesas	8\$625
TOTAL	223\$048

Fonte: AN-RJ. Fundo/Coleção Juízo da Conservatória Inglesa, Seção de Guarda Codes, not. 636, mç. 2.333, ano 1827, gal. A. Felisberto Ferreira Dias, Réu. Antônio Clemente Pinto.

<sup>18</sup> AN-RJ. Fundo/Coleção Juízo da Conservatória Inglesa, Seção de Guarda Codes, not. 636, mç. 2.333, ano 1827, gal. A. Felisberto Ferreira Dias, Réu. Antônio Clemente Pinto.

No segundo documento da Conservatória Inglesa, referente ao pagamento de quatro escravos, localizamos a carta que estabeleceu o negócio. Tal documento data de 3 de fevereiro de 1826, fato que nos indica que Antônio Clemente Pinto investia na comercialização de cativos antes dos seus já conhecidos carregamentos de escravos. Desta forma, torna-se complicado determinar uma data específica para a entrada de Antônio nos negócios escravistas e, diante dessa impossibilidade, trabalhamos apenas com os dados identificáveis.

Neste ano de 1826, Antônio firmou acordo de venda de 4 cativos de Nação Moçambique com Jacob Hehique (**Tabela 8**). O comprador dos cativos pagaria a Antônio o valor de 1:440\$000 réis em três parcelas com o prazo de um ano para iniciar o pagamento, com espaço de mais dois anos para os demais recebimentos. Antônio estabeleceu que Jacob “não pagando no referido tempo me obrigo a pagar-lhe os juros da lei e para cuja satisfação obrigo minha pessoa e bens presentes e futuros”.<sup>19</sup>

No documento, os principais bens que ficariam obrigados caso os pagamentos não fossem feitos eram os escravos. No dia 28 de julho de 1827, Antônio aciona o Oficial de Justiça da vila de São Pedro de Cantagalo para a cobrança dos 480\$000 réis, “importância do primeiro pagamento já vencido”.<sup>20</sup> A primeira cobrança ocorreu em outubro de 1827 e o pagamento devido correspondia ao valor citado, somando-se 17\$360 réis de juros e 8\$345 réis relativos as despesas com o processo, totalizando o montante de 505\$705 réis.

**Tabela 8** – Cobrança de pagamento relativo à compra de 4 escravos, 1827.

Cobrança	Valor (Rs)
Pagamento	480\$000
Juros	17\$360
Despesas	8\$345
TOTAL	505\$705

Fonte: AN-RJ. Fundo/Coleção Juízo da Conservatória Inglesa, Seção de Guarda Codes, not. 636, mç. 2.333, ano 1827, gal. A. Jacob Hehique, Réu. Antônio Clemente Pinto.

Passemos agora à análise das aquisições de escravos feitas pelo Barão de Nova Friburgo na década de 1860.<sup>21</sup> No ano de 1861, Antônio Clemente Pinto abriu a primeira escritura de um livro destinado exclusivamente ao comércio de cativos na vila de Nova Friburgo. Nessa escritura, o Barão adquiriu junto a Antônio Luiz Pereira da Cunha, a escrava

<sup>19</sup> AN-RJ. Fundo/Coleção Juízo da Conservatória Inglesa, Seção de Guarda Codes, not. 636, mç. 2.333, ano 1827, gal. A. Felisberto Ferreira Dias, Réu. Antônio Clemente Pinto.

<sup>20</sup> *Idem*.

<sup>21</sup> Antônio Clemente Pinto recebeu o título de Barão de Nova Friburgo por decreto de 28 de março de 1854 e de grandezas por decreto de 28 de abril de 1860. Era grande do Império, cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa e de Cristo e Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial. Cf.: *Catálogo Descritivo e Seletivo dos Processos da Nobreza Brasileira existentes no acervo documental do Museu da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro*. [S. l.]: [s. n.], 2016, p. 204-205.

Paulina. A cativa foi denominada crioula, contava 20 anos de idade e foi adquirida pelo preço de 1:700\$000 réis.<sup>22</sup>

No mesmo ano, o Barão de Nova Friburgo adquiriu mais dois escravos, o primeiro comprado junto a D. Umbelina Carolina Vianna Pinto, esposa de Manoel Clemente Pinto, portanto prima do Barão. O escravo era Luiz de Nação Moçambique “de quarenta anos mais ou menos e solteiro”.<sup>23</sup> Luiz Moçambique foi avaliado na quantia de 1:800\$000 réis. O segundo cativo, Francisco crioulo era solteiro e tinha 18 anos, foi comprado junto a Albino Barbosa pela quantia de 2 contos de réis.<sup>24</sup>

Não só o Barão de Nova Friburgo estava comprando escravos, mas também a sua esposa, a Baronesa de Nova Friburgo. Ela adquiriu no ano de 1866 a escrava Maria Parda de dezessete anos, solteira. A escrava carregava a profissão que exercia junto a seu nome, serviço doméstico. O preço pago por Maria foi de 1:750\$000 réis.<sup>25</sup> Dois anos depois, o Barão registrou uma escritura de compra de seis escravos,

Bernardo de cor preta natural do Piauí de vinte anos, Felipe Cabra, natural do Maranhão de vinte e dois anos, Lugero de cor preta natural do Maranhão de dezoito anos, Joaquina de cor preta natural do Maranhão de vinte quatro anos, Izidoro pardo natural do Maranhão de vinte e dois anos, Elesbão crioulo de vinte anos natural do Maranhão todos solteiros e de serviço de roça.<sup>26</sup>

Tais escravos foram vendidos pela quantia de 10:800\$000 réis, passando todo o direito e ação para o Barão de Nova Friburgo no ato da compra.

Em 1869, ano de seu falecimento, o Barão comprou sete cativos de donos diferentes, mas todos registrados na mesma escritura, João Crioulo “de cor cabra de vinte anos”, Vicente pardo de 20 anos, Luiz crioulo de cor preta de vinte anos, João crioulo de cor preta de dezoito anos, Manoel pardo de doze anos, Raimundo pardo de doze anos e Bento pardo de dezoito anos. Todos os cativos solteiros, de serviço de roça e vindos da província do Ceará, foram vendidos pelo mesmo preço 1:650\$000 réis, totalizando 11:550\$000.<sup>27</sup>

<sup>22</sup> ARQUIVO DO CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS (AC2ON). Livro I, Compra e venda de escravos, p. 1.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 2v-3.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 39v-40.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 57-57v.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 63v-64v.

**Tabela 9** - Registros de compra de escravos, Barão de Nova Friburgo, 1861-1869.

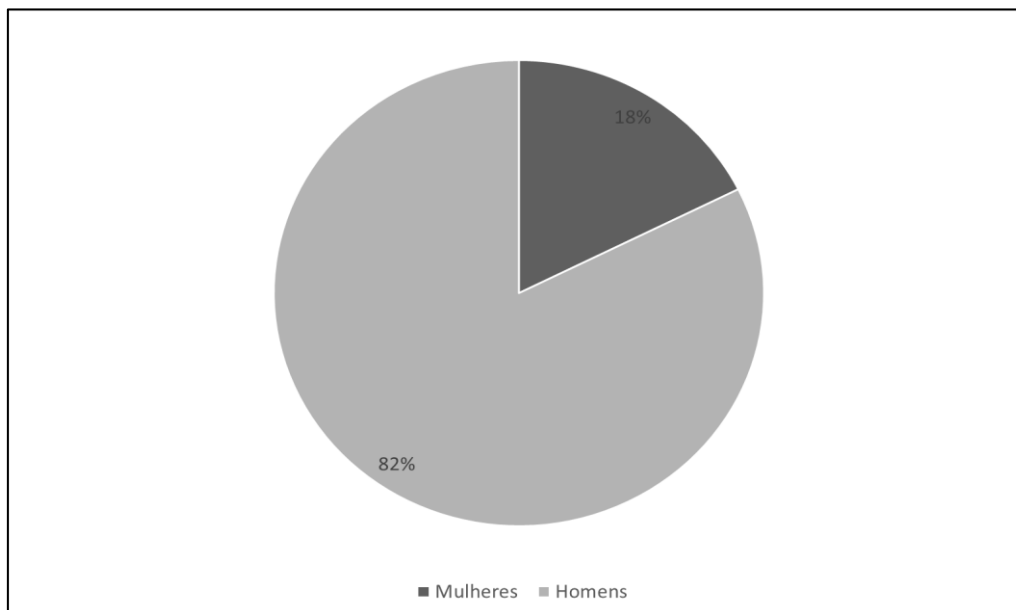
Ano	Nome	Procedência/ Cor	Idade	Condição	Gênero	Ofício	Valor
1861	Paulina	Crioula	20	Solteiro	F	-	1:700\$000
1861	Luiz	Moçambique	40	Solteiro	M	-	1:800\$000
1861	Francisco	Crioula	18	Solteiro	M	-	2:000\$000
1866	Maria	Parda	17	Solteiro	F	Doméstico	1:750\$000
1868	Bernardo	Preto	20	Solteiro	M	Roça	1:800\$000
1868	Felipe	Cabra	22	Solteiro	M	Roça	1:800\$000
1868	Ludgero	Preto	18	Solteiro	M	Roça	1:800\$000
1868	Joaquina	Preto	24	Solteiro	F	Roça	1:800\$000
1868	Isidoro	Parda	22	Solteiro	M	Roça	1:800\$000
1868	Elesbão	Crioula	20	Solteiro	M	Roça	1:800\$000
1869	João	Crioulo/Cabra	20	Solteiro	M	Roça	1:650\$000
1869	Vicente	Parda	18	Solteiro	M	Roça	1:650\$000
1869	Luiz	Crioulo	20	Solteiro	M	Roça	1:650\$000
1869	João	Crioulo/ Preto	18	Solteiro	M	Roça	1:650\$000
1869	Manoel	Parda	12	Solteiro	M	Roça	1:650\$000
1869	Raimundo	Parda	12	Solteiro	M	Roça	1:650\$000
1869	Bento	Parda	18	Solteiro	M	Roça	1:650\$000

Fonte: ARQUIVO DO CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS (AC2ON). Livro I, Compra e venda de escravos.

Antes de analisar as características dos dezessete escravos comprados pelo Barão de Nova Friburgo entre 1861 e 1869 (**Tabela 9**); ressaltamos que tais compras, mesmo que pouco volumosas, se mantiveram até o último ano de sua vida. Tal elemento reforça o *éthos* senhorial que o acompanhou por toda a sua trajetória. Tratemos dos dados. De todos os escravos que foram registrados com seus ofícios, somente um deles era de serviço doméstico e os outros treze de serviços de roça e, detalhe, todos eram solteiros. Os preços dos escravos oscilaram entre 1:650\$000 réis e 2:000\$000 de reis.

A idade média dos escravos comprados era de 19,9 anos, o que demonstra a preocupação em obter cativos em idade produtiva. Outra característica que sobressaiu na análise dos dados foi a escolha da maioria dos escravos do sexo masculino (82%), enquanto as mulheres significavam apenas 18% daqueles comprados pelo Barão na década de 60 do século XIX (**Gráfico 6**).



**Gráfico 6** - Gênero dos escravos comprados pelo Barão de Nova Friburgo, 1861-1869.

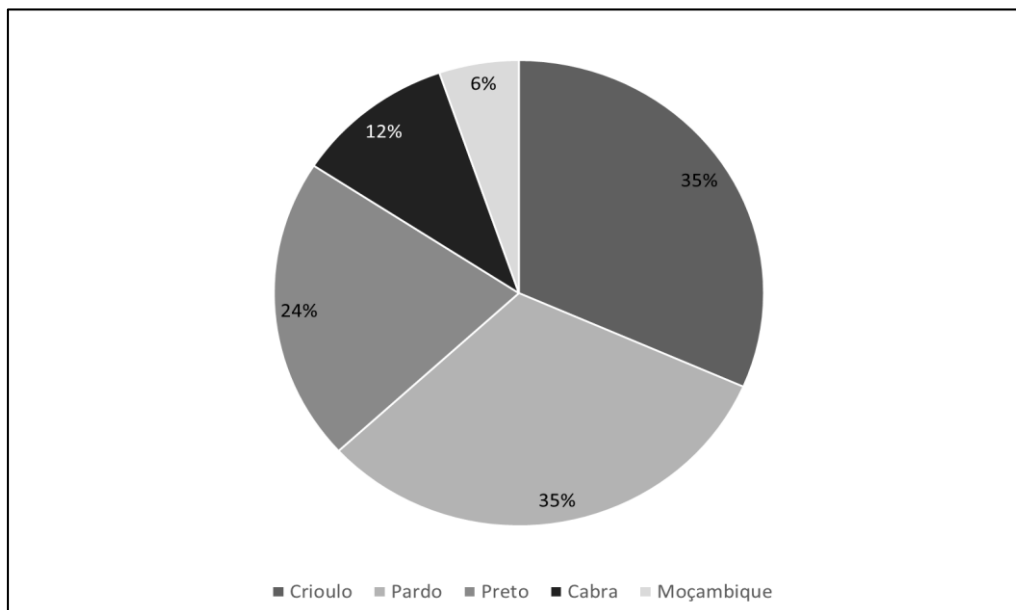
Fonte: AC2ON. Livro I, Compra e venda de escravos.

Por último, analisamos as questões relativas à procedência e a cor registradas no livro de compra e venda de escravos. As duas categorias que mais apareceram nos documentos foram a dos crioulos e dos pardos, ambos com 35% de representação entre os cativos comprados. Em segundo lugar, identificamos a categoria preto com 24% dos cativos e com 12% os escravos denominados cabras. O único escravo de procedência africana, denominado Moçambique, representava 6% dos cativos comprados na década de 60 (**Quadro 1** e **Gráfico 7**). Tal configuração reflete o mercado interno de escravos após o fim definitivo do tráfico internacional, por isso a maioria de cativos crioulos e pardos, pretos e cabras.

**Quadro 1** - Procedência e cor dos cativos comprados pelo Barão de Nova Friburgo, 1861-1869.

Procedência	Porcentagem
Crioulo	35%
Pardo	35%
Preto	24%
Cabra	12%
Moçambique	6%

Fonte: AC2ON. Livro I, Compra e venda de escravos.

**Gráfico 7** - Procedência e cor dos cativos comprados pelo Barão de Nova Friburgo, 1861-1869.

Fonte: AC2ON. Livro I, Compra e venda de escravos.

A abordagem que fizemos do tráfico de escravos e das vendas e compras de escravos realizadas por Antônio Clemente Pinto nos remetem aos padrões de acumulação dos demais traficantes da Praça do Rio de Janeiro.<sup>28</sup> Sem dúvida, o Barão de Nova Friburgo atuava em três campos, o comércio de cativos vindos da África, o comércio interno e o abastecimento de suas próprias fazendas. Posteriormente identificamos o envolvimento de Antônio com a venda de escravos e a obtenção de um considerável montante oriundo dos juros referentes ao não pagamento das parcelas determinadas. Por fim, vimos a reinserção do Barão de Nova Friburgo, já na década de 1860, nas compras de escravos. As escravarias não estavam desfalcadas, mas esses escravos talvez representem de forma mais marcante o envolvimento do Barão com a escravidão.

### 3. O Império escravista: estrutura e demografia

No ano do falecimento do Barão de Nova Friburgo suas escravarias eram compostas por 2180 escravos, apenas dois haviam fugido. Mas, mesmo assim, estavam arrolados no inventário, inclusive constando o preço dos indivíduos. Tais escravos, por certo, faziam parte de uma das maiores escravarias do Brasil Império, um verdadeiro Império Escravista. Partimos da ideia de que esses escravos, principalmente os que se localizavam no trabalho com os cafezais, estavam organizados de forma a extrair a maior rentabilidade desse complexo de fazendas.

<sup>28</sup> FLORENTINO, M. *Em Costas Negras... Op. cit.*, p. 42.

O valor total desses cativos era de 1.999\$200\$000 (£ 217.304,35) com uma média de preço de 917\$064 réis (£ 99,68). O valor desses escravos representava 29% do Montemor do Barão de Nova Friburgo (**Tabela 10**). Tal valor era muito superior ao dos bens de grandes senhores do oitocentos, como José de Souza Breves que em 1868 possuía 841:240\$000 réis (£ 59.577, 9) em escravos.<sup>29</sup> O número de homens desse plantel era de 1174 indivíduos que representava 53,85% dos escravos, enquanto 1006 eram mulheres e perfaziam um total de 46,15% dos cativos (**Quadro 2 e Gráfico 8**).

**Tabela 10** - Valor do plantel de escravos do Barão de Nova Friburgo, 1869.

Valores	Valor em Réis (RS)	Valor em Libras (£)
Valor total	1.999:200\$000	217.304,35
Valor médio	917\$064	99,68

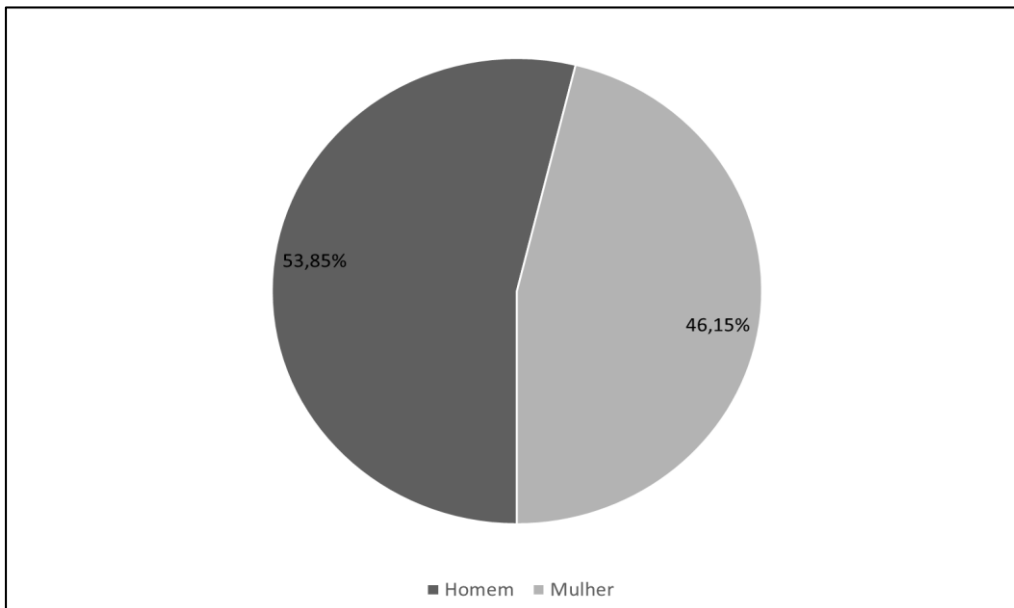
Fonte: AN-RJ. Vara Cível do Rio de Janeiro, ano 1873, cx. 2619, gal. E, id. 44.397, not. 1171. Inventário post-mortem/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo.

**Quadro 2** - Gênero dos escravos do plantel do Barão de Nova Friburgo, 1869.

Gênero	Número	Porcentagem
Homem	1174	53,85%
Mulher	1006	46,15%
TOTAL	2180	100%

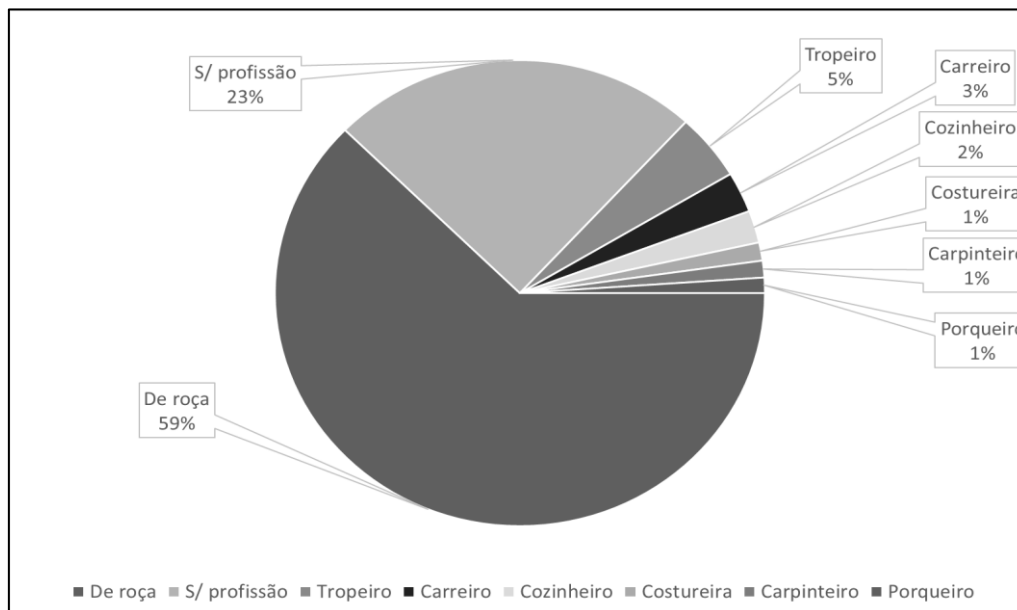
Fonte: AN-RJ. Vara Cível do Rio de Janeiro, ano 1873, cx. 2619, gal. E, id. 44.397, not. 1171. Inventário post-mortem/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo.

<sup>29</sup> PESSOA, T. C. *O Império da Escravidão... Op. cit.*, p. 90.

**Gráfico 8** – Gênero dos escravos do plantel do Barão de Nova Friburgo, 1869.

Fonte: AN-RJ. Vara Cível do Rio de Janeiro, ano 1873, cx. 2619, gal. E, id. 44.397, not. 1171. Inventário post-mortem/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo.

No que se refere aos ofícios exercidos pelos escravos, temos a seguinte conformação: 58,95% deles era de serviço de roça, 23,17% não tiveram suas profissões registradas, 5% eram tropeiros, 3% carreiros, 2% cozinheiros, e com 1% estavam costureiras, carpinteiros e porqueiros (**Gráfico 9**). As demais profissões apareceram na amostra com menos de 1% de índice e, por isso, preferimos apenas lista-las para que o gráfico se tornasse legível. Os ofícios eram: lavadeira, ferreiro, campeiro, de casa, pagem, hortelão, oleiro, falquejador, servente, engenho, engomador, carroceiro, enfermeiro, serviço de terreiro, pedreiro, mucama, serrador, armador, cabouqueiro, cocheiro, marceneiro, seleiro, tanoeiro e passadeira. Desta forma, destacamos a profusão de ofícios no interior do plantel de cativos do Barão.

**Gráfico 9** - Profissões dos escravos em Nova Friburgo, 1869.

Fonte: AN-RJ. Vara Cível do Rio de Janeiro, ano 1873, cx. 2619, gal. E, id. 44.397, not. 1171. Inventário post-mortem/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo.

A produtividade das fazendas do Barão de Nova Friburgo, elemento central deste vasto complexo, constitui-se como essencial para compreender seu enriquecimento. Os mais de 5 milhões de pés de café plantados demandavam uma mão de obra gigantesca para o seu tratamento. Sabemos que os implementos técnicos de beneficiamento do café ajudaram a liberar mão de obra escrava para o trato dos pés de café.<sup>30</sup> Além de liberar a mão de obra, os maquinismos aceleravam o processo de beneficiamento e aumentavam qualidade e, por conseguinte, a rentabilidade com a venda do café. Aliás, este expediente é muito característico do impacto do mundo industrial na produção cafeeira do Vale do Paraíba. Dessa forma, a introdução dos maquinismos de beneficiamento aumentava o número de escravos no trabalho com os pés de café, isso não representava de modo algum a diminuição da intensidade do trabalho, uma vez que neste período o espaço disciplinar foi reorientado para a intensificação da produtividade.<sup>31</sup>

Nota-se que a reorientação do espaço disciplinar das fazendas, atrelado ao impacto dos maquinismos introduzidos ao longo do século XIX, passaram a deslocar cada vez mais escravos para as atividades "intensivas em esforço". Assim, nas fazendas de café os escravos que possuíam habilidades específicas (carpinteiro, pedreiro, etc.) passavam a ser usados nas

<sup>30</sup> A respeito da introdução da máquina de beneficiamento do café e o trabalho escravo, cf.: LEME, H. D. A. A evolução das máquinas de beneficiar café no Brasil. *Anais da ESA "Luiz de Queirós"*. [S. n. t.]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aesalq/v10/01.pdf>. Acesso em: jul. 2018; RIBEIRO, L. C. M. A invenção como ofício: as máquinas de preparo e benefício do café no século XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 121-165, jan.-jun. 2006.

<sup>31</sup> MARQUESE, R. B. *Administração & Escravidão: Idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1999; MARQUESE, R. B. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1680-1880*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

atividades relacionadas ao cultivo do cafezal. A consequência direta desse deslocamento é o aumento da produtividade das árvores de café e conseqüentemente dos lucros advindos da comercialização do produto. Elemento explicativo dessa realidade é a relação entre pés de café e escravos nas fazendas do Barão de Nova Friburgo.

Para compreender a relação de pés de café e escravos nas Fazendas do Barão elaboramos os dados a partir de duas categorias, primeiramente consideramos todos os escravos denominados de roça e, posteriormente, consideramos a relação para escravos entre 15 e 49 anos, considerando essa como a fase de maior produtividade dos trabalhadores escravos.

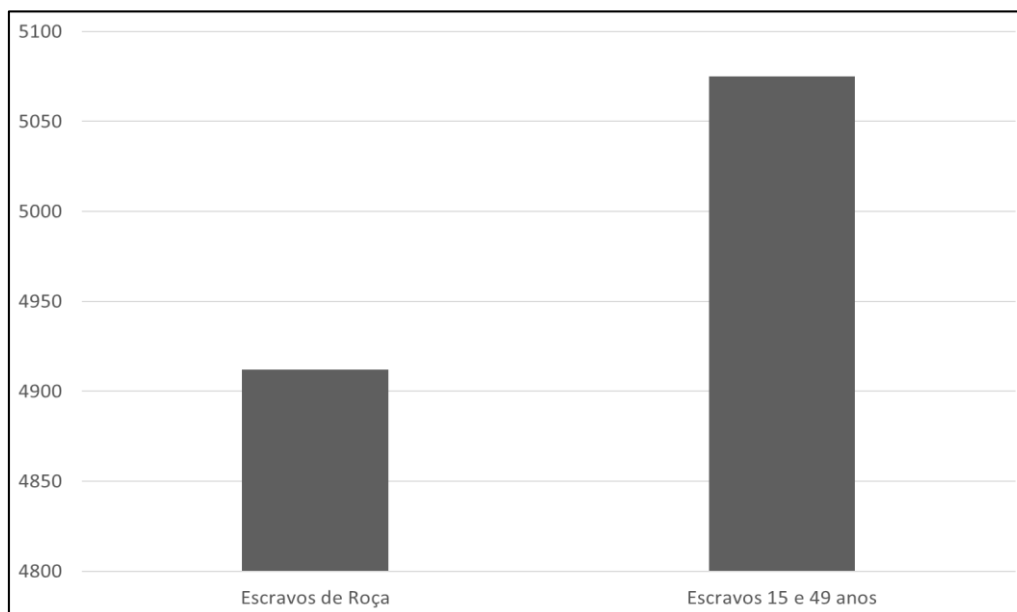
As fazendas cafeeiras do Barão eram as seguintes: Santa Rita, Areias, Boa Vista, Boa Sorte, Jacotinga, Itaóca, Laranjeiras, Gavião, Aldeia, Cafés, Aguaquente e Macapá. Nestas fazendas o número de escravos de roça era de 1.178 indivíduos e o número dos pés de café 5.786.000, o que resultava em 4912 pés de café por cativos. Por outro lado, se considerarmos os escravos entre 15 e 49 anos, que somavam 1.140 trabalhadores, temos uma relação de 5.075 pés por escravos (**Quadro 3 e Gráfico 10**).

**Quadro 3** – Totais da relação de pés de café por escravos, Cantagalo, 1869.

Total das fazendas	Escravos de Roça	Escravos 15 e 49 anos
Totais	4.912	5.075

Fonte: AN-RJ. Vara Cível do Rio de Janeiro, ano 1873, cx. 2619, gal. E, id. 44.397, not. 1171. Inventário post-mortem/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo.

**Gráfico 10** – Totais da relação de pés de café por escravos, 1869.



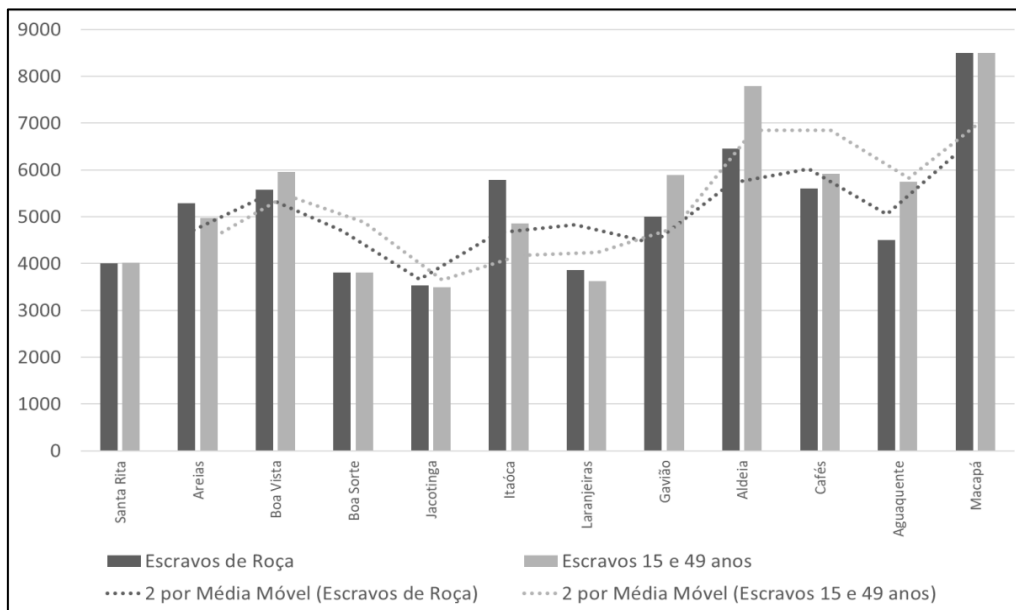
Fonte: AN-RJ. Vara Cível do Rio de Janeiro, ano 1873, cx. 2619, gal. E, id. 44.397, not. 1171. Inventário post-mortem/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo.

No intuito de observar o conjunto das fazendas produtoras de café (12) e sua relação de pés de café por escravos, estabelecemos uma média de pés de café para as duas categorias citadas. Assim, levando em conta apenas os escravos de roça, a média foi de 5.159 pés de café por escravos. Todavia, se considerarmos os escravos entre 15 e 49 anos o número de pés de café sobe para 5.382 por escravos. Desta forma, utilizamos a média móvel como linha de tendência a fim de suavizar as flutuações do número de pés de café em relação as duas categorias de escravos analisados (**Quadro 4** e **Gráfico 11**).

**Quadro 4** - Relação de pés de café por escravos nas unidades produtivas, 1869.

<b>Fazendas Cafeeiras</b>	<b>Escravos de Roça</b>	<b>Escravos 15 e 49 anos</b>
Santa Rita	4000	4022
Areias	5287	4973
Boa Vista	5579	5955
Boa Sorte	3810	3810
Jacotinga	3529	3488
Itaóca	5787	4857
Laranjeiras	3867	3625
Gavião	5000	5895
Aldeia	6452	7792
Cafés	5600	5915
Aguaquente	4500	5750
Macapá	8500	8500
Média	5159	5382

Fonte: AN-RJ. Vara Cível do Rio de Janeiro, ano 1873, cx. 2619, gal. E, id. 44.397, not. 1171. Inventário post-mortem/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo.

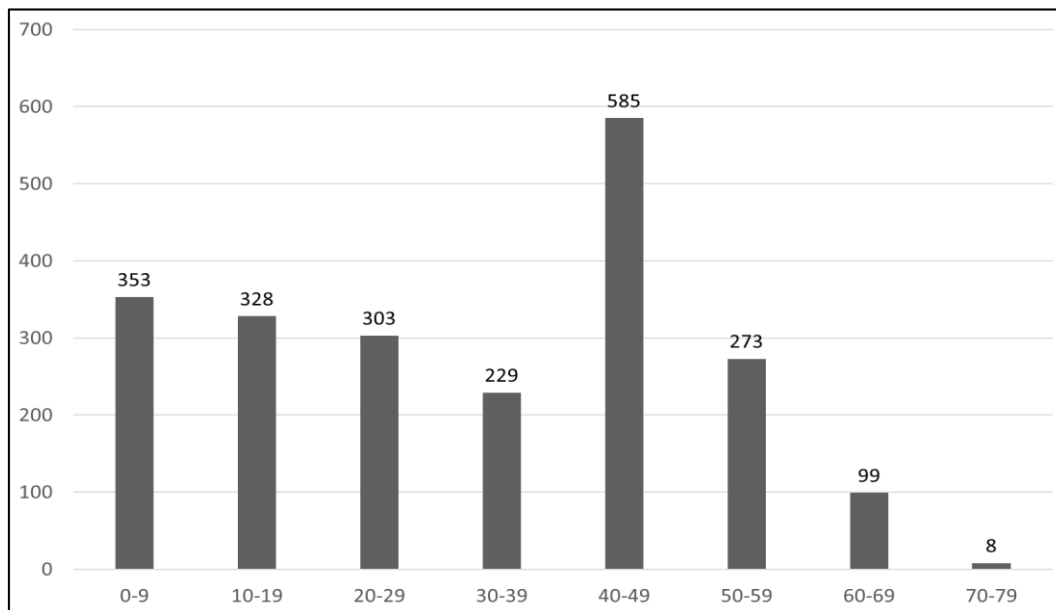
**Gráfico 11** - Relação de pés de café por escravos nas unidades cafeeiras, 1869.

Fonte: AN-RJ. Vara Cível do Rio de Janeiro, ano 1873, cx. 2619, gal. E, id. 44.397, not. 1171. Inventário post-mortem/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo.

Com os dados apresentados, identificamos que o número de pés de café por escravos nas fazendas do Barão de Nova Friburgo era superior aos números das fazendas cantagalenses. Enquanto a relação de pés de cafés em Cantagalo não alcançava os 3000 pés por cativos, nas fazendas do Barão essa relação nunca foi menor que 3.529 pés por escravos de roça e 3.488 pés por cativos entre 15 e 49 anos. Tal constatação demonstra a ampliação da intensidade de trabalho nas fazendas do Barão de Nova Friburgo.

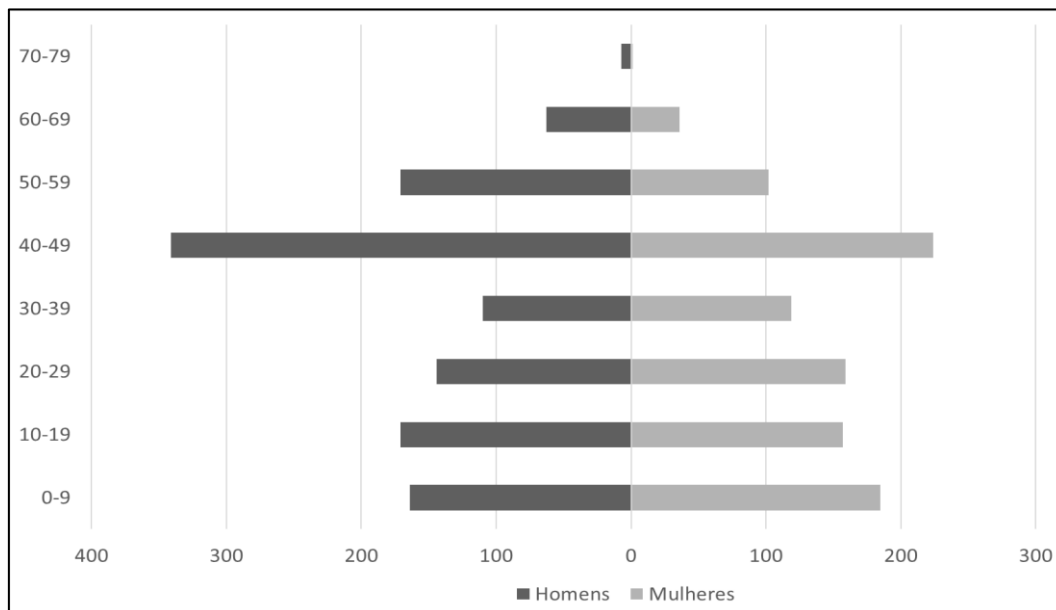
Nesse enorme plantel a média de idade era de 32,2 anos e o número de escravos em cada faixa etária estava assim distribuído: 353 cativos tinham entre 0 e 9 anos, 328 entre 10 e 19 anos, 303 entre 20 e 29, 229 entre 30 e 39 anos. O maior número de cativos tinha entre 40 e 49 anos e somavam 585 indivíduos, 253 estavam entre 50 e 59 anos, 99 entre 60 e 69 e apenas 8 alcançaram a faixa dos 70 anos de idade (**Gráfico 12**). Com isso, torna-se importante destacar o grande número de nascimentos, mas também indicar que a faixa etária com mais escravos era a de 40 a 49 anos, elemento que contribui para a ideia de um plantel mais maduro e que teria envelhecido nas próprias fazendas.



**Gráfico 12** - Número de escravos por faixa etária, 1869.

Fonte: AN-RJ. Vara Cível do Rio de Janeiro, ano 1873, cx. 2619, gal. E, id. 44.397, not. 1171. Inventário post-mortem/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo.

Torna-se necessário, a partir deste ponto agruparmos esses cativos pelo gênero para apresentarmos uma pirâmide etária que expressa as dinâmicas da escravaria do Barão. Utilizamos as mesmas faixas etárias da análise anterior e, assim, chegamos aos seguintes números: entre os escravos que tinham entre 0 e 9 anos, o número de mulheres (188) é superior ao de homens (165). Na faixa etária seguinte, 10 a 19 anos, os homens passam a 171 indivíduos e as mulheres descem para 157. Observando os escravos que tinham entre 20 e 29 anos, as mulheres voltam a ser maioria (159) e os homens regridem para 144 indivíduos. Na casa dos 30 aos 39 anos, as mulheres permanecem sendo majoritárias com a soma de 119 contra 110 homens. Essa relação se inverte de uma vez por todas nas quatro últimas faixas etárias, com os homens entre 40 e 49 anos somando 341 escravos e as mulheres com 244; na faixa de 50 a 59 anos, os homens eram 171 e as mulheres 102; entre 60 e 69 anos, os homens concentravam 63 indivíduos e as mulheres 36 e entre os escravos com 70 anos ou mais os homens eram 7 e as mulheres apenas uma (**Gráfico 13**).

**Gráfico 13** - Pirâmide etária dos escravos do Barão de Nova Friburgo, 1869.

Fonte: AN-RJ. Vara Cível do Rio de Janeiro, ano 1873, cx. 2619, gal. E, id. 44.397, not. 1171. Inventário post-mortem/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo.

O **Gráfico 12** e **Gráfico 13** nos apresentam dados bastante interessantes, indicando que o número de nascimentos não é nada desprezível, pois, de 1850 até a morte do Barão em 1869, temos 681 nascimentos. Levando em conta que não encontramos significativas compras de escravos por parte do Barão após as suas atividades como traficante de escravos é possível presumir que a grande maioria desses cativos até 19 anos tinham nascido nas suas terras. Mesmo que reduzíssemos esse número para a primeira faixa etária – 0 a 9 anos – ainda assim teríamos um número alto, 353 indivíduos que nasceram a partir da década de 1860.

Sabemos que na década de 1860 o mercado de escravos estava aberto na região e apresentamos as compras realizadas pelo Barão nesta mesma década. No entanto, devemos ressaltar que os escravos mais jovens adquiridos nesse período tinham entre 12 e 18 anos, média de idade que se afasta dos escravos com a idade de 0 a 9 anos. Todavia, vale lembrar que nesse período o total de compras do Barão foi de dezessete escravos e sete deles estavam na faixa entre doze e dezoito anos. Não descartamos a hipótese segundo a qual o Barão possa ter feito compras vultosas de escravos nas décadas de 50 e 60, mas até o momento o que os documentos nos mostram é que o número de escravos parece ter se mantido alto devido à reprodução natural.

Outro fator importante a destacar é a supressão de dados a respeito dos escravos no inventário do Barão de Nova Friburgo. O primeiro dado a ser omitido é o referente a origem/procedência dos cativos. Acreditamos que por se tratar de um período posterior ao fim definitivo do tráfico internacional de escravos esses dados foram omitidos para que o

proprietário não tivesse problemas com a justiça.<sup>32</sup> O estado civil dos cativos é o outro fator que foi negligenciado nessa fonte e sem ele podemos chegar a ideia de que os escravos do Barão não chegaram a se casar. Se tomarmos tal fator como pressuposto, como entender o volumoso número de cativos entre 0 e 9 anos de idade nesse plantel?

Não podemos atestar as uniões matrimoniais dos escravos do Barão, mas também não acreditamos que elas não existiam, mesmo que não fossem oficiais, elas estavam lá. Anos após a morte do Barão, alguns senhores chamavam a atenção para a estabilidade das suas escravarias ressaltando o fato de que

são justamente as casadas que maiores escândalos e desgostos têm aí causado, e mesmo desgraças lamentáveis. A prova de que é assim está no sossego relativo das grandes fazendas do Rio de Janeiro (Breves – Nova Friburgo – Avelares – e outras) que não casam negros.<sup>33</sup>

No entanto, como afirmam Manolo Florentino e José Roberto de Góes era o parentesco escravo que consolidava a comunidade escrava, “amálgama imprescindível a senhores e escravos”, e que garantia a paz das senzalas.<sup>34</sup> Robert Slenes, ao estudar a família escrava em Campinas percebe que médios e grandes senhores encorajavam o casamento escravo. Neste mesmo trabalho, Slenes chama a atenção para o relato do viajante J. J. von Tschudi, que visitou Cantagalo na década de 1860 e “assinalou a baixa proporção de escravos casados (pela Igreja) naquele município”.<sup>35</sup>

Não registrar o casamento dos negros parece ter sido uma prática que passou de pai para filho, mas, ao mesmo tempo, não impedia a união dos escravos e a reprodução natural desses. Para compreender melhor o que estamos falando vamos analisar a razão de nascimentos sobre mulheres em idade reprodutiva. O procedimento já foi realizado por Francisco Vidal Luna e Herbert Klein quando analisaram algumas regiões da Província de São Paulo. Analisamos esses dados em faixas etárias, recém-nascidos até quatro anos, recém-nascidos até nove e recém-nascidos até quatorze anos.

<sup>32</sup> Não é incomum na historiografia a constatação de que muitos escravos acionaram a justiça em busca dos seus direitos. Cf.: GRINBERG, K. *Liberata - a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994; CHALHOUB, S. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>33</sup> *Apud*: COHN, M. R. *A Fazenda Santa Sofia: Cafeicultura e escravidão no Vale do Paraíba Mineiro, 1850-1882*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 86. ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU IMPERIAL DE PETRÓPOLIS (AHMIP). Tombamento 2729/2003. Carta de Camilo Armond a Josefina de Souza. Corte, 21 de fevereiro de 1882. A respeito de Camilo Maria Ferreira Armond, o Conde de Prados, e da família Armond, cf.: LACERDA, A. H. D. *Negócios de Minas: Família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – A Família Ferreira Armonde (1751-1850)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ).

<sup>34</sup> FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. *A Paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*. São Paulo: Ed. Unesp, 2017, p. 31.

<sup>35</sup> SLENES, R. W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na família escrava, Brasil sudeste, século XIX*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2011, p. 109, 95. A respeito da família escrava, cf.: ENGEMANN, C. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008; MIRANDA, A. R. D. *Família escrava no Brasil: um debate historiográfico. Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, ago.-dez. 2012.

Assim, de acordo com os dados extraídos do número de nascidos para cada 100 mulheres em idade fértil, extraímos as seguintes informações:<sup>36</sup> para a primeira faixa etária existiam 22 filhos para cada 100 mulheres em idade fértil. Na segunda faixa temos 58 filhos para cada 100 mulheres e na última 86 crianças para cada 100 mulheres (**Quadro 5**). Os dados expressam exatamente o que mostraremos adiante, taxas ascendentes de reprodução natural.

**Quadro 5** - Razão de crianças/mulheres para a escravaria do Barão, 1873.

Ano de Nascimento	Faixa Etária	Razão de filhos
1865-1873	0-4	22
1860-1873	0-9	58
1855-1873	0-14	86

Fonte: AN-RJ. Vara Cível do Rio de Janeiro, ano 1873, cx. 2619, gal. E, id. 44.397, not. 1171. Inventário post-mortem/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo.

Se os dados do **Quadro 5** não são suficientes para indicar o crescimento dos nascimentos de filhos de escravos, torna-se fundamental analisar ano a ano esses nascimentos. Afinal, quantas crianças nasceram a cada ano desde 1855 nas fazendas do Barão de Nova Friburgo?

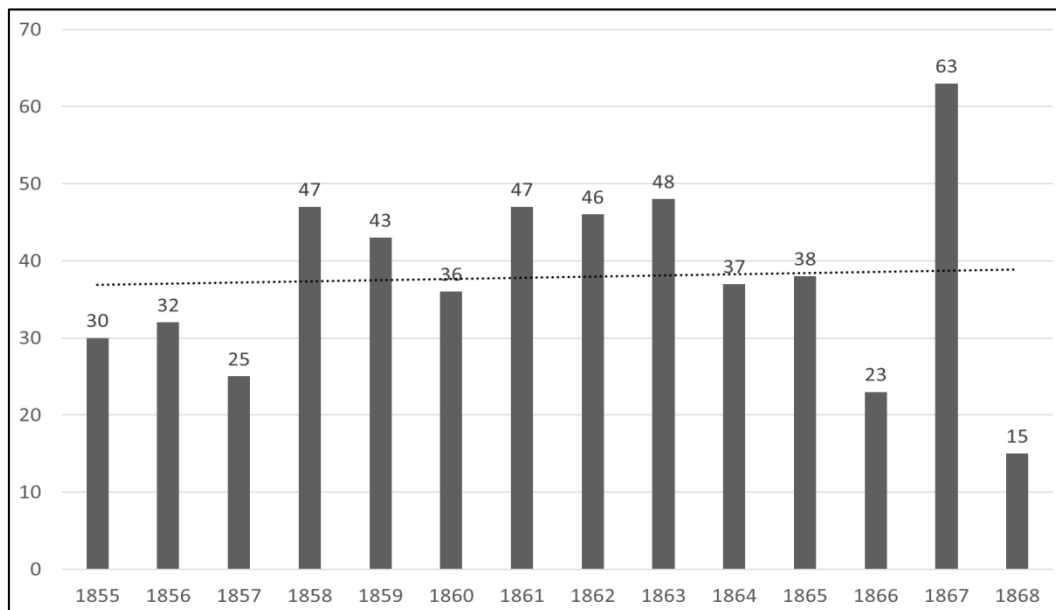
O **Quadro 6** e o **Gráfico 14** apresentam a relação de nascidos desde 1855 até 1868. Torna-se necessário ressaltar que os números apresentados na tabela não são nada desprezíveis. Além disso, destacamos o fato de que a tendência dos nascimentos, mesmo que baixa, era de crescimento.

**Quadro 6** - Nascimentos de escravos nos planteis do Barão de Nova Friburgo, 1855-1868.

1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868
30	32	25	47	43	36	47	46	48	37	38	23	63	15

Fonte: AN-RJ. Vara Cível do Rio de Janeiro, ano 1873, cx. 2619, gal. E, id. 44.397, not. 1171. Inventário post-mortem/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo.

<sup>36</sup> Consideramos as mulheres em idade fértil aquelas que estavam entre 15 e 49 anos. O mesmo parâmetro foi adotado por Luna e Klein. Cf.: LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005.

**Gráfico 14** - Nascimentos de escravos nos planteis do Barão de Nova Friburgo, 1855-1868.

Fonte: AN-RJ. Vara Cível do Rio de Janeiro, ano 1873, cx. 2619, gal. E, id. 44.397, not. 1171. Inventário post-mortem/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo.

Com esses dados cobrimos as características do Barão de Nova Friburgo no seu envolvimento com o tráfico de escravos e os aspectos demográficos do seu megaplantel de escravos. Agora nos encaminhamos para as conclusões retiradas dos dados apresentados.

#### 4. Conclusões

Este artigo dedicou-se as intrínsecas relações entre o tráfico de escravos e a formação de megaescravarias no Vale do Paraíba oriental, especialmente na vila de São Pedro de Cantagalo. O personagem que escolhemos foi o maior cafeicultor e proprietário de escravos da região. Assim, o que percebemos por meio da trajetória do Barão de Nova Friburgo é que o seu império da escravidão teve origens no tráfico transatlântico. Por outro lado, observamos também a participação do personagem no tráfico interno. A análise do tráfico transatlântico nos deu a dimensão da formação das escravarias que seria utilizada nas fazendas do personagem, enquanto o tráfico interno nos mostrou uma de suas formas de capitalização para a aquisição de bens rurais no espaço agrário do Vale do Paraíba oriental.<sup>37</sup>

Com a análise das remessas de escravos para o interior, ficou nítido que as vendas de cativos realizadas por Antônio Clemente Pinto tinham como principal destino a província de Minas Gerais. As demais localidades em ordem de importância na recepção dos escravos

<sup>37</sup> Infelizmente as origens dos escravos foram, em sua esmagadora maioria, omitidas e, quando se registrou alguma característica nesse sentido foi para determinar os escravos pardos. Assim, não se pode saber qual a taxa de africanidade no plantel do Barão.

comprados junto a Antônio eram São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente as localidades de Santos, São João Marcos e Mangaratiba.

Além desses fatores, destacamos que no tráfico interno, encontramos três processos onde o Barão se beneficiou não só da venda dos cativos, mas também da cobrança dos juros dos compradores inadimplentes. Tal fator fazia com que os valores da venda de escravos fossem ampliados, aumentando seus lucros. Na década de 1860, o Barão aparece nos documentos de compra e venda de escravos da vila de Nova Friburgo comprando dezessete cativos, a maioria deles escravos homens, em idade produtiva e com a profissão de roça. Esses dezessete escravos não faziam significativa diferença no conjunto geral das escravarias do Barão, eles evidenciam quão estreita era a ligação do Barão com o mundo escravista, demonstrando que até o último ano de sua vida o personagem optou por expressar o seu *éthos* senhorial através da aquisição de escravos.

A análise da totalidade dos escravos pertencentes ao Barão de Nova Friburgo tornou-se essencial para compreendermos as características dos cativos que ele reuniu nos anos de tráfico. Começamos pelo valor total dos 2180 cativos do Barão de Nova Friburgo, 1.999:200\$000 réis. Assim, se compararmos esse número e esse valor com o de José Breves em 1868, percebemos que o Barão possuía 861 cativos a mais e o valor dos cativos de José (841:240\$000)<sup>38</sup> representavam 42% do valor dos cativos do Nova Friburgo. Estamos nos referindo, sem dúvidas, a escravarias que foram avaliadas com uma pequena distância no tempo e que se conformavam como Impérios Agrários de grande vulto e que também tiveram origem no tráfico de escravos.

Na sequência, avaliamos a proporção entre homens e mulheres no plantel do Barão. Neste sentido, o impacto que o tráfico transatlântico de escravos não alterou drasticamente a relação entre os sexos. Os homens representavam 54% e as Mulheres 46%, o que não causava o desequilíbrio sexual apontado por Douglas Libby e Clotilde Paiva, quando analisavam as grandes escravarias.<sup>39</sup> Diante disso, o quadro referente a reprodução natural dos escravos muda, e, assim como os autores concluem no texto, temos uma pirâmide etária de base consideravelmente alargada, o que nos coloca diante de uma escravaria plenamente reprodutiva.

Outro aspecto abordado foi a produtividade dessa escravaria. Notamos pelo estudo dos ofícios dos escravos que uma esmagadora maioria deles era de roça. Percebemos que a relação entre escravos e pés de café, com cada escravo responsável por mais de 4000 pés, não era baixa.<sup>40</sup> Neste momento, temos que lembrar o alto grau de mecanização das fazendas, elemento que liberava ainda mais mão de obra para o cuidado com os pés de café.<sup>41</sup> Tal

<sup>38</sup> PESSOA, T. C. *O Império da Escravidão... Op. cit.*, p. 89-90.

<sup>39</sup> PAIVA, C. A.; LIBBY, D. C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 151-242, 1995, p. 221.

<sup>40</sup> As áreas do Rio de Janeiro abordadas por Klein e Luna apresentavam produtividade muito similar a das fazendas do Barão de Nova Friburgo, eram 3.514 pés de café por escravo. Quando trata das áreas do Rio de Janeiro e São Paulo o número de pés sobe para 3.966 pés. LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 113.

<sup>41</sup> MARRETTO, R. M. *O Barão de Nova... Op. cit.*, p. 187.

elemento aumentava duplamente a produtividade: primeiro no que se refere ao beneficiamento da rubiácea, e, em segundo lugar, com mais escravos voltados ao trato dos cafeeiros, fatores que melhoravam a qualidade do produto, tornando-o mais comercializável.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que as escravarias angariadas pelo Barão de Nova Friburgo foram obtidas em um contexto de expansão da escravidão atlântica conectada ao mundo industrial e a produção cafeeira voltada a atender o mercado mundial de café. Estamos nos referindo a Segunda Escravidão, elemento que segundo Dale Tomich dinamizou o tráfico transatlântico de escravos. Assim, é a escravidão que “revela a constante assimetria, desigualdade e tensão entre histórias locais particulares e os diversos, porém unificados, ritmos temporais e tensões espaciais dos processos econômicos mundiais”.<sup>42</sup>

Tomando o nosso caso como exemplo da citação, temos o barão de Nova Friburgo, personagem com sua história peculiar e intimamente ligado às transformações da economia-mundo. Desta forma, os aspectos da trajetória do Barão no tráfico de escravos, somados as características das suas escravarias no contexto da produção cafeeira do Vale oriental, ajudam os historiadores a perceber a conexão entre o local ao global. Tais perspectivas permitem “reconstruir teoricamente o desenvolvimento histórico de regimes escravistas particulares, locais, como resultados de processos econômicos mundiais”.<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> TOMICH, D. *Pelo Prisma da Escravidão*. Trabalho, Capital e Economia Mundial. São Paulo: Edusp, 2011, p. 52.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 51.

## Referências

### Fontes

#### **Documentos Manuscritos**

*ARQUIVO NACIONAL - RIO DE JANEIRO (AN-RJ)*

Fundo Polícia da Corte, cód. 424, microfilme 29/1997. Lançamento de atestados de remessa de escravos para várias localidades. Vol. 1, 1826-1833.

Fundo/Coleção Juízo da Conservatória Inglesa, Seção de Guarda Codes, not. 636, mç. 2.333, ano 1827, gal. A. Felisberto Ferreira Dias, Réu. Antônio Clemente Pinto.

Vara Cível do Rio de Janeiro, ano 1873, cx. 2619, gal. E, id. 44.397, not. 1171. Inventário post-mortem/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo.

*ARQUIVO DO CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS (AC2ON).*

Livro I, Compra e venda de escravos.

*ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU IMPERIAL DE PETRÓPOLIS (AHMIP)*

Tombamento 2729/2003. Carta de Camilo Armond a Josefina de Souza. Corte, 21 de fevereiro de 1882.

#### **Documentos Impressos**

*BIBLIOTECA NACIONAL – RIO DE JANEIRO (BN-RJ)*

*Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 1, 12 fev. 1827; n. 2, 3 jan. 1828; n. 3, 4 mar. 1828.

### Recursos Eletrônicos

*Trans-Atlantic Slave Trade Database*. (Portal). Viagens 728, 845, 5014, 1001 e 1043. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/> Acesso em: jul. 2018.

### Obras de Referência

*Catálogo Descritivo e Seletivo dos Processos da Nobreza Brasileira existentes no acervo documental do Museu da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro*. [S. l.]: [s. n.], 2016.



**Bibliografia**

- ALVES, R. O. A Conquista e a expansão da fronteira: Zona da Mata mineira (1808-1850). In: SOUSA, J. P. D.; ANDRADE, R. G. D. (orgs.). *Zona da Mata Mineira: fronteira, escravismo e riqueza*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014.
- BETHELL, L. *A abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869*. Brasília: Senado Federal, 2002.
- BORGES, M. F.; SALLES, R. A morte do Barão de Guaribu. Ou o fio da meada. In: MUAZE, M.; SALLES, R. (orgs.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.
- CHALHOUB, S. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- COHN, M. R. *A Fazenda Santa Sofia: Cafeicultura e escravidão no Vale do Paraíba Mineiro, 1850-1882*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CONRAD, R. E. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COSTA, E. V. D. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
- ENGEMANN, C. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- FLORENTINO, M. *Em Costas Negras: Uma História do Tráfico entre A África e o Rio de Janeiro, Séculos XVII e XIX*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.
- FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. *A Paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.
- FRAGOSO, J. L. R.; PITZER, R. R. Barões, Homens-Livres Pobres e Escravos: Notas sobre o uso de inventários post-mortem na pesquisa histórica. *Arrabaldes, Niterói (RJ)*, v. 1, n. 2, p. 29-52, 1988.
- FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRINBERG, K. *Liberata - a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GUIMARÃES, C. G. O negócio do tráfico negreiro de João Rodrigues Pereira de Almeida, o Barão de Ubá, e da firma Joaquim Pereira de Almeida, em Moçambique, c. 1808-1829. *Africana Studia*, Porto, n. 27, p. 65-76, 2016.
- LACERDA, A. H. D. *Negócios de Minas: Família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – A Família Ferreira Armonde (1751-1850)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ).
- LEME, H. D. A. A evolução das máquinas de beneficiar café no Brasil. *Anais da ESA "Luiz de Queirós"*. [S. n. t.]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aesalq/v10/01.pdf>. Acesso em: jul. 2018.
- LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.
- LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005.

- MAMIGONIAN, B. E. G. K. (org.). Dossiê – “Para inglês ver?” Revisitando a Lei de 1831. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 29, n. 1/2/3, p. 87-340, jan.-dez. 2007.
- MARQUESE, R. B. *Administração & Escravidão: Idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MARQUESE, R. B. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1680-1880*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MARRETTO, R. M. O Barão de Nova Friburgo e a formação da Fazenda Aldeia: sociabilidades e ampliação do complexo cafeeiro. 1849-1874. *Tempos Históricos*, EDUNIOESTE, Marechal Cândido Rondon (PR), v. 22, p. 175-201, 2018.
- MIRANDA, A. R. D. Família escrava no Brasil: um debate historiográfico. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, ago.-dez. 2012.
- MOTTA, J. F. Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos em Constituição (Piracicaba), 1861-1880. *Revista Brasileira de História (Online)*, v. 26, p. 15-47, 2006.
- PAIVA, C. A.; LIBBY, D. C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 151-242, 1995.
- PARRON, T. *A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- PEIXOTO, É. M. *Santa Clara do Macuco e a Metamorfose do Trabalho (1850-1888)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Salgado de Oliveira, Niterói (RJ).
- PESSOA, T. C. *O Império da Escravidão: o complexo Breves no vale do café (c. 1850 - c. 1888)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.
- PINHEIRO, F. W. A. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros: Zona da Mata, c. 1809 - c. 1830*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- RESTITUTTI, C. C. Comércio e tráfico de escravos nas primeiras décadas do século XIX: novas percepções de duas fontes seriadas. *Mneme – Revista de Humanidades*, Natal, v. 9, n. 24, set.-out. 2008.
- RIBEIRO, A. V. “Perdas em trânsito”: mortalidade escrava na travessia Atlântica. *Anais do [...] XVI Simpósio Nacional de História - ANPUH*. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308099903\\_ARQUIVO\\_texto\\_alexandre\\_ribeiro\\_junho\\_2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308099903_ARQUIVO_texto_alexandre_ribeiro_junho_2011.pdf). Acesso em: jul. 2018.
- RIBEIRO, L. C. M. A invenção como ofício: as máquinas de preparo e benefício do café no século XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 121-165, jan.-jun. 2006.
- SALLES, R. E. M. M. Família escrava em impérios agrários. O caso da fazenda Guaribú. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 30, p. 34-50, 2017.
- SLENES, R. W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na família escrava, Brasil sudeste, século XIX*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2011.
- SLENES, R. W. The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economies, Slave Experience and the Politics of a Peculiar Market. In: JOHNSON, Walter (org.). *The Chattel Principle: Internal Slave Trades in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004.
- TAVARES, L. H. D. T. *Comércio proibido de escravos*. São Paulo: Ática, 1988.
- TOMICH, D. *Pelo Prisma da Escravidão. Trabalho, Capital e Economia Mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.

ZONTA, D. "Moçambique" no século XIX: do comércio de escravos ao comércio legítimo. *Dimensões*, Vitória, v. 28, p. 315-338, 2012.